

SOFRIMENTO PSÍQUICO, RACISMO E CORPOS NEGROS:

RELATO DE UMA TRAJETÓRIA

PSYCHIC SUFFERING, RACISM AND BLACK BODIES: REPORT OF A JOURNEY

Ivaneide Barbosa da Silva Violante¹
Hildegard Susana Jung²

RESUMO

A escrita deste relato de experiência parte da vivência de uma das autoras, por ser filha de mãe negra, pobre, pai ignorado e mulher. Surgiu então, uma preocupação ético-política de buscar compreender o sofrimento psíquico que pessoas do gênero feminino, pobres e negras enfrentam no seu dia a dia, seja na escola, no trabalho e principalmente no âmbito familiar. Buscou-se com a pesquisa o interesse que opera a partir de situações de violência, originário de uma sociedade colonialista que historicamente desvalida a vida humana negra, pobre e mulher e que em um longo processo de escravização social, produziu sofrimento psíquico. O objetivo deste relato consiste em perfazer percursos nos relatos de vida sobre o racismo e a violência social, mais do que confirmar teorias ou hipóteses. O interesse consiste, portanto, numa proposta ética de firmar uma postura crítica enquanto corpos negros como condição étnico-racial, num combate aos posicionamentos racistas. Para tanto, se propõe uma noção de desamparo como coragem afirmativa da renúncia à exclusão de pessoas negras, pobres e mulheres e a construção de uma sociedade mais humana e menos excludente.

PALAVRAS-CHAVE: Relato de experiência. Preconceito racial. Violência social.

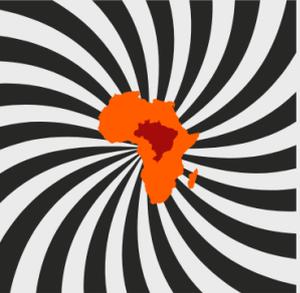
ABSTRACT

The writing of this experience report is based on the journey of one of the authors, as she is the daughter of a black mother, poor, an ignored father and a woman. An ethical-political concern then emerged to seek to understand the psychological suffering that female, poor and black people face in their daily lives, whether at school, at work and especially within the family. The research sought to explore the interest that operates from situations of violence, originating in a colonialist society that historically devalues black, poor and female human life and that in a long process of social enslavement, produced psychological suffering. The objective of this report is to complete paths in life stories about racism and social violence, more than to confirm theories or hypotheses. The interest therefore consists of an ethical proposal to establish a critical stance as black bodies as an ethnic-racial condition, in a fight against racist positions. To this end, a notion of helplessness is proposed as an affirmative courage to renounce the exclusion of black people, poor people and women and the construction of a society more humane and less exclusionary.

KEYWORDS: Experience report. Racial prejudice. Social violence.

¹ Mestra em Educação pela Universidade La Salle (Unilasalle). Graduada em Pedagogia pela Universidade Nilton Lins (Uninilton). E-mail: ivaneide.violante5@gmail.com.

² Professora do Magistério Superior na Universidade La Salle (Unilasalle). Pós-doutorado em Ciências Econômicas pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutora em Educação pela Unilasalle. Mestra em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Graduada em Normal Superior pela Faculdade de Tecnologia e Ciência (FTC) e em Pedagogia pela Unilasalle. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Nível 2. E-mail: hildegardsjung@gmail.com.



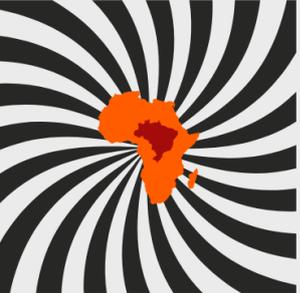
1 INTRODUÇÃO

A escrita deste relato de experiência inicia a partir da vivência da primeira autora do texto. Pensamento que atravessou uma preocupação ético-política de buscar compreender o sofrimento psíquico que pessoas do gênero feminino, pobres e negras enfrentam no seu dia a dia, seja na escola, no trabalho e, principalmente, no âmbito familiar. Ao escrever este artigo, sentiu-se a necessidade de refletir sobre a própria existência. Para tanto, procurou-se entreter o pensar e o viver - aspectos da atividade intelectual como pesquisadora e de vida pessoal - para então poder realizar a inserção como sujeito no escopo da investigação.

Desde muito cedo houve o confronto com a complexidade do ser humano e do mundo. Posto isto, sentiu-se a necessidade de conectar fatos, ideias, conceitos que pareciam separados e encontrar um modo de pensar que levasse em conta a força dessa relação. Essa necessidade provavelmente tem relação com a infância, por ter sido marcada pela exclusão social. Essa situação de extrema exclusão, produzia fortes emoções, um desafio de tentar integrar as diferenças, de reunir aquilo que parecia antagônico e, ao mesmo tempo, reconhecer-se como sujeito singular, para promover relações de solidariedade e justiça social.

O nascimento ocorreu em uma família de sete irmãos, no Norte do país, sendo quatro mulheres e três homens. A mãe, solteira, negra, com sete filhos, para sobreviver passou a trabalhar na roça, cortando juta, plantando cereais (feijão e milho) e a mandioca para fazer farinha, alimento essencial para a vida dos amazônidas. Mais tarde foi ser empregada doméstica, recebendo meio salário-mínimo. Sem condições financeiras para criar os sete filhos, foi colocando-os em casas de parentes e até mesmo de pessoas que não faziam parte do convívio familiar, o que era muito comum na época (anos 70). Essas pessoas tratavam as crianças com preconceito e discriminação, e muitas sofreram abuso moral e corporal. Neste sentido, Maia (2016, p. 18) contribui: “[...] Na tentativa de reconhecer que a herança colonial do Brasil fez com que mulheres negras fossem subalternizadas e colocadas em papéis sociais de desvalorização, além da hipersexualização de seus corpos e da maternidade como algo intrínseco e compulsório a elas”.

Crescendo na casa de uma família que se dizia padrinhos, nesse lar sofria as piores humilhações, era tratada como a filha “daquela negra”. E sempre ouvia a seguinte frase: “negro, ainda pobre, não tem sentimento, nem raça, negro é para ser negro”. Sempre que ouvia essa frase, havia o entendimento sobre o quanto o preconceito pode adoecer a alma. Cresce-se com a ideia de



que se tem algum defeito, que seria ser filha de uma mulher negra e pobre, já que no que se refere à “[...] origem do racismo aos negros em nosso país, a pequena parte da história do Brasil mostra como foi a chegada dos negros africanos no nosso país, sendo considerada como uma raça inferior e submissa”. Costa e Oliveira, (2019, p. 117). Neste sentido, Bady e Silva (2019, p. 149) complementam:

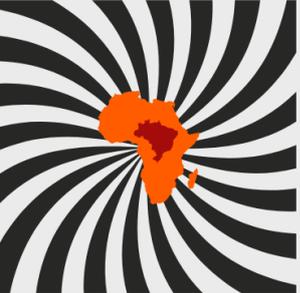
[...] A criminalização da cor, a perpetuação da ideia de que os negros são inferiores, a invisibilidade social desses jovens, o extermínio de jovens negros, a intolerância às religiões de matrizes africanas, a inversão e a omissão da história da África e dos afro-brasileiros, a ausência dessa contribuição na educação e nos livros escolares de caráter eurocêntricos são reflexos desse processo de criminalização e extermínio dos jovens negros em nossa sociedade.

Posto isto, o racismo surge como uma crença neutralizadora das diferenças entre os corpos, pois se estende à ideia de que os grupos são diferentes porque possuem elementos essenciais que os fazem diferentes. A violência contra a pessoa negra no mundo tem sido letal. A discriminação desse grupo passou a ocupar uma posição de desigualdade estrutural, o que exige políticas afirmativas de promoção de seus direitos e cidadania.

Dito isso, o presente relato de experiência tem como objetivo perfazer percursos nos relatos de vida sobre o racismo e a violência social, mais do que confirmar teorias ou hipóteses. Na sequência, evidencia algumas batalhas vivenciadas pelo caminho, analisadas à luz do referencial teórico. Por fim, constam as considerações finais e as referências que embasaram o trabalho.

2 ALGUMAS BATALHAS DO CAMINHO: DISCUSSÃO À LUZ DO MARCO TEÓRICO

A caminhada de vida de uma pessoa discriminada em busca pela tão sonhada “justiça social” nunca é fácil, pois tem-se o sentimento de que ninguém nos percebe como ser humano e sim como a “filha daquela negra”. Quando da ida para a escola, o preconceito, o racismo se intensificaram ainda mais, pois sofria bullying diariamente. Dessa forma, o isolamento, a introspecção, com um grau acentuado de agressividade passaram a ser uma maneira de defesa. No quinto ano primário, estudando a disciplina de história, começou o entendimento de que o silêncio do racismo tem a ver com o processo escravagista, ao qual o povo negro esteve submetido e que se consolidou com base em uma concepção de colonização que não se limitou ao uso da mão de obra da população negra, sendo chamada de classe inferior.



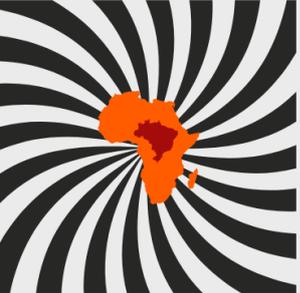
A primeira batalha travada foi o ingresso no Grupo Escolar, como era chamada a escola pública nas décadas de 1960 e 1970, para cursar o Primeiro Grau. Ficava isolada, na sala de aula, sentava-se sempre no “fundão” para não ser importunada, nem pelos colegas e nem pelas professoras. França, (2017, p. 154), assevera:

[...] as crianças negras passam por um processo de exclusão simbólica, ou seja, apesar sua entrada na escola ser permitida, através da matrícula e acesso à sala de aula, elas não se sentem aceitas por colegas e professores que, não raras vezes, demonstram preconceito por meio de insultos baseados em suas características fenotípicas.

O processo de exclusão social traz consequências irreparáveis para a vida de uma criança, principalmente se for negra e pobre. No caso do presente relato, a pressão era tanta que somatizou dor de cabeça diariamente para não ir à escola. Às vezes inventava que estava com dor no estômago, colocava o dedo na garganta para incentivar o vômito. Essa fase provavelmente tenha sido uma das mais desafiadoras, pois não tinha voz, os padrinhos nunca foram procurar saber o porquê de não querer ir à escola e tampouco procuraram as professoras para expor a situação. Veio a percepção, nessa fase, que a escola geralmente sempre se manteve em uma condição de neutralidade diante de tanta barbárie. Um tipo de barbárie que inferioriza, torna alvo de uma sociedade manipuladora, que sufoca, limita os direitos como pessoa humana. Diante de tantos entraves, a conclusão do Primeiro Grau somente foi possível graças ao supletivo. Após a conclusão do supletivo, veio a matrícula no Segundo Grau técnico, no curso de Magistério. Neste sentido, França, (2018, p. 166) aponta:

[...] as crianças se sentem inferiorizadas, indesejadas ou como elementos estranhos ao contexto escolar, há uma forte possibilidade de evadirem-se da escola ou terem insucesso nesse contexto. Se dentro desse contexto perpassam crenças e ações que levem à diferenciação de grupos, seja pelo gênero, seja pela raça, seja pela classe, os indivíduos discriminados podem estar sob pressão. O resultado da pressão grupal é, em muitos casos, a diminuição da autoestima, e a luta pela sua proteção pode fazer indivíduos de baixo status diferenciar-se, negar ou evadir-se de seus grupos.

Diante do exposto não podemos deixar de mencionar que a escola por décadas assumiu uma posição de apenas ensinar os conteúdos acadêmicos, de interesses políticos e econômicos, ou seja, formar o cidadão para o mercado de trabalho, sem se preocupar com os valores sociais e culturais. Por um longo período, a escola apresentou-se como um ambiente de proliferação do racismo, preconceito, ou seja, a inferioridade de diversos grupos como os negros, indígenas, pessoas com deficiência, idosos, estrangeiros, entre outros grupos. Nesse contexto, o professor



assumiu o papel de detentor do conhecimento, sem valorizar o conhecimento prévio do aluno, assim sua origem cultural (Costa; Oliveira, 2019).

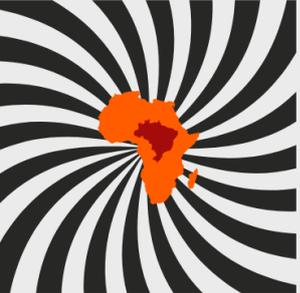
O racismo, o preconceito sofrido por décadas adoeceu tanto a identidade como pessoa humana, que durante uma boa parte da adolescência e da fase adulta houve dúvidas com relação a quem de fato se é. Dessa forma, iniciou-se a idealização de um tipo de família nos padrões da sociedade da época: uma mãe branca, com um poder econômico que poderia suprir as necessidades, uma figura paterna, amorosa e justa, ou seja, uma família ideal aos moldes de uma sociedade burguesa e excludente. Santos (2018, p. 150) corrobora:

O racismo constitui-se num processo de hierarquização, exclusão e discriminação contra um indivíduo ou toda uma categoria social que é definida como diferente com base em alguma marca física externa (real ou imaginada), a qual é ressignificada em termos de uma marca cultural interna que define padrões de comportamento. Tomando como exemplo, a cor da pele sendo negra, caracterizada como marca física externa, pode implicar na percepção do sujeito ou grupo, através de estereótipos, tais como preguiçoso, agressivo e alegre, caracterizando como marca cultural interna.

Conforme Santos (2018), o racismo impacta os âmbitos que movem uma sociedade através de seu sistema de opressão que coloca um grupo subjugado em relação ao outro, fazendo assim, com que os indivíduos sejam postos à margem da sociedade. Posto isto, fica mais evidente que o sofrimento psíquico decorre da opressão que a vítima do preconceito sofre.

De acordo com Foucault (2015, p. 306), “[...] o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo”. Nesse sentido, entende-se que o racismo funciona sobre dois elementos: o que deve viver e o que deve morrer, fazendo com que o poder veja a população como uma mistura de raças, esfacelando e alienando um grupo em relação ao outro. O segundo apresenta uma função guerreira: “[...] para viver, é preciso que você massacre seus inimigos”. (Foucault, 2015, p. 305). Isso significa dizer que para manter a supremacia de uma espécie, a outra precisa desaparecer. “A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; e mais pura” (Foucault, 2015, p. 305).

Posto isso, Foucault (2015) orienta que se entendermos a população não como um corpo unitário e fechado, como se pudéssemos alocar todos em um mesmo nível, talvez consigamos reformular as relações políticas e sociais. Nessa perspectiva, o racismo é algo bastante controverso,



pois não trata apenas questões individuais, mas sobre estruturas e instituições sociais que produzem e reproduzem a desigualdade social:

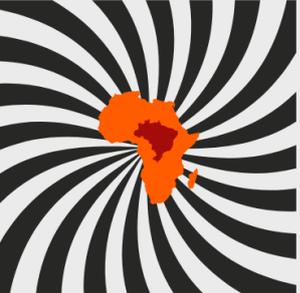
Conceitos de raça e racismo são, pois, coisas distintas, embora este último tenha sido inventado no século XIX no âmbito de uma "ciência das raças" produzida por antropólogos, psicólogos, sociólogos, ensaístas, filósofos etc., cujo dogma afirmava a desigualdade das raças humanas e a superioridade absoluta da raça branca sobre todas as outras. As crenças que levaram à afirmação da superioridade dos brancos e da determinação biológica da capacidade civilizadora, estão profundamente arraigadas no pensamento ocidental, por mais que a ciência do século XX tenha procurado destruí-las (Seyferth, 1995, p. 178) .

De acordo com Seyferth, (1995), o conceito de raça no Brasil foi idealizado a partir dos determinismos raciais europeus e norte-americanos e estigma da superioridade da civilização ocidental moderna. A mestiçagem e seus efeitos constituíram o tema central da interpretação orgânica da história do Brasil e das especulações acerca do futuro da nação. “A invenção de uma futura raça brasileira aparentemente branca, portanto, partiu de uma concepção peculiar acerca dos efeitos da mestiçagem, baseada na ideia de seleção social [...]” (Seyferth, 1995, p. 182). Costa e Oliveira (2019, p. 16) complementam:

O racismo proporciona sofrimento psíquico na pessoa, gerando no sujeito um sentimento de inferioridade, frustração e de rejeição, fazendo-o negar as suas tradições, desvalorizando a sua identidade e costumes de origem. Por isso, as desestruturações das práticas racistas precisam ser comunitárias, baseadas na dialogicidade e no acolhimento para a reestruturação dos vínculos para o reconhecimento de si e respeito ao outro. [...]

O racismo potencializa o quadro de sofrimento individual, acabando com a autoestima, a esperança e a motivação de vida, e levam até mesmo a outros problemas, como a dependência química e outros tipos de transtornos emocionais e psíquicos. “[...] o preconceito de cor, entre nós, seria um sintoma da incompletude da revolução burguesa e da sociedade de classes” (Guimarães, 2004, p. 20).

Sobre a discriminação sofrida por anos, não é possível passar uma borracha e achar que não foi nada, mas é necessário seguir em frente e não desistir dos sonhos. Após a conclusão do Ensino Médio, veio vestibular em Pedagogia. Foram cinco anos de muito aprendizado e superação. Nesta época, os ensinamentos da avó foram preciosos, no sentido de superar as próprias expectativas ou limitações, desenvolvendo habilidades, competências e conhecimentos para alcançar os objetivos.



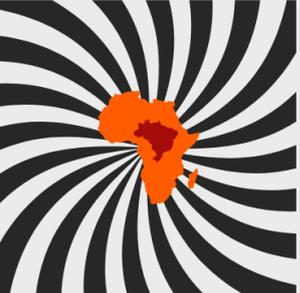
Vieram duas especializações, o trabalho como professora, supervisora educacional, coordenadora de ensino. Mas o maior deles ainda estava por vir: era ingressar no mestrado. Foram várias tentativas até que chegou o dia da aprovação. De acordo com hooks (2000, p. 66),

[...] é importante compreendermos as origens de uma autoestima frágil, também é possível ultrapassar esse estágio (a identificação de quando e onde recebemos socialização negativa) e ainda criar uma base para a construção do amor-próprio. Indivíduos que ultrapassam esse estágio tendem a avançar para o próximo, que consiste em introduzir ativamente em nossa vida padrões de pensamento e comportamento construtivos e positivos.

A recuperação do amor-próprio faz seguir em frente e encontrar um espaço na sociedade, ainda que seja um processo que se dá lentamente. Trata-se de uma trajetória de vida marcada por muitas batalhas e uma delas foi encontrar-se como pessoa humana e acreditar que poderia sarar as feridas abertas pelo preconceito por ser pobre e ser negra. Apesar de tudo, é possível ver a vida com outros olhos, acreditando que o respeito e o amor às diferenças nos tornam mais humanos e mais solidários uns para com os outros, pois “[...]o amor pode curar as feridas do passado. Entretanto, a intensidade de nossos ferimentos frequentemente nos leva a fechar nosso coração, tornando impossível retribuirmos ou recebermos o amor que nos é dado” (hooks, 2000, p. 31).

A vontade de exercer a carreira de educadora deve-se à crença de que poderia contribuir de alguma maneira com as pessoas da geração atual e das gerações futuras. Não é possível calar-se diante das atrocidades cometidas por uma sociedade colonialista, como o preconceito, a segregação racial, a violência contra mulheres, crianças, idosos, homossexuais, travestis, lésbicas, gays, pessoas com deficiência, entre outros grupos chamados de minorias. Conforme a Constituição Federal brasileira, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil,1988). Posto isso, é preciso que a sociedade, o poder público, reconheçam que os grupos minoritários precisam de maior representatividade na esfera política, para que possam lutar pelos direitos garantidos por lei.

As batalhas enfrentadas proporcionaram o desafio de repensar e resgatar a relação entre a realidade individual e social em sua complexa processualidade, na tentativa de compreender-se como sujeito e as percepções individuais de mundo. Essa reflexão foi se nutrindo da diversidade das experiências de vida em outros contextos sociais, transformando-se no grande objetivo de vida pessoal. Como pessoa, o sentimento de sufocamento com as formas reducionistas, simplificadoras e fragmentadas de pensamento, advindo de um processo de segregação político e social, aos poucos



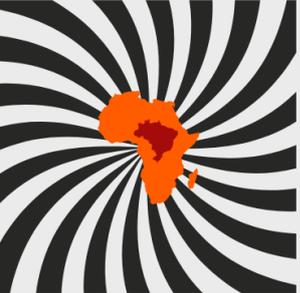
foi dando lugar à compreensão de que a dignidade como pessoa humana é uma qualidade intrínseca, inseparável. Dessa forma, constitui-se como uma característica definidora como ser humano, respeitando as limitações de cada um. De acordo com Silva (1988, p. 93), “[...] a dignidade acompanha o homem até sua morte, por ser da essência da natureza humana, é que ela não admite discriminação alguma e não estará assegurada se o indivíduo é humilhado, discriminado, perseguido ou depreciado”.

Sobre a garantia dos direitos, a Lei 10.639/03 torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nos estabelecimentos públicos e particulares, incluindo o estudo da história da África e dos africanos. Com a implementação dessa Lei, abriu-se uma nova oportunidade de a sociedade reavaliar as bases do Brasil como entidade histórica nos tempos modernos e reconsiderar as relações étnico-raciais que foram travadas por décadas pela busca do direito e pelo respeito às pessoas.

[...] a dignidade pessoa humana constitui um valor que atrai a realização dos direitos fundamentais do homem, em todas as suas dimensões, e, como a democracia é o único regime político capaz de propiciar a efetividade desses direitos, o que significa dignificar o homem, é ela que se revela como o seu valor supremo, o valor que a dimensiona e humaniza (Silva, 1998, p. 94).

Relembrando o que diz a Constituição Federal brasileira no Art. 5, que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (Brasil,1988), o conceito de Nação nos remete a repensar que é necessário reconstruir o conceito. Busca-se um conceito inclusivo, revolucionário, justo, que quebre os estereótipos e transponha paradigmas jurídicos pensados para uma realidade já passada e que são mais adequadas à urgência de se buscar a nacionalidade como expressão da dignidade humana.

Sobre o respeito à dignidade humana, a Lei nº. 10.639/2003 (Brasil, 2003) altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica, incluindo no currículo escolar o ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira. Diferentes assuntos referentes à história e cultura africana e afro-brasileira foram contemplados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que estabelece as competências específicas das áreas de conhecimento, os objetivos da aprendizagem e os conhecimentos necessários para a formação do estudante. Como podemos perceber, a Lei é resultado das lutas dos movimentos negros, que buscaram e buscam uma sociedade inclusiva para



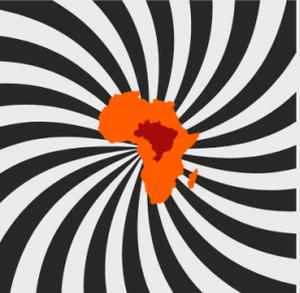
todos e todas. Nesse processo de luta foi instituído o Dia Nacional da Consciência Negra, dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, um dos líderes dos movimentos quilombolas.

Compreendemos que a Lei será efetivada se a escola inserir em seu Projeto Político Pedagógico, assim no currículo escolar, ações efetivas para trabalhar a temática étnico-racial em seus projetos escolares, assim como em sala de aula, com uma prática pedagógica antirracista. Santos (2006, p. 4) explica, a esse respeito, que “Na elaboração de propostas pedagógicas e currículos escolares, devemos considerar concepções inerentes aos grupos presentes na escola, identificando suas especificidades”. Contudo, para que isso aconteça, é necessário que ocorra um reconhecimento do processo sócio-histórico do negro no mundo, perceber as práticas violentas contra a pessoa humana e promover a igualdade racial. Assim poderemos romper com o modelo de educação protecionista, que visa os interesses de uma classe burguesa que por décadas aprisionou os direitos da pessoa humana. Apostando em uma ação educativa que atravesse os muros da escola, o professor investirá em sua formação continuada, que possibilita compreender e fazer da ação educativa um contínuo processo, partindo de uma perspectiva de reflexão sobre a ação. Como explica Rocha (2006, p. 56), “[...] questões étnico-raciais, de gênero, de sexualidade, entre outras, não podem ficar de fora do Projeto Político-Pedagógico, sob pena de a escola não se pensar e compreender-se como espaço democrático, plural e fundamental na atuação contra a exclusão”.

Posto isto, quando os docentes compreendem a temática, podem auxiliar os alunos na construção do conhecimento contextualizado à sua realidade. Um aprendizado que permita intervir em situações de racismo, preconceito e discriminação que acontecem no cotidiano escolar. Como explica Kaneka (2010, p. 147): “A intervenção contribui para o rompimento para a desconstrução da subalternidade, buscando romper a lógica que produz o distanciamento e a falta de mobilidade entre as classes, que elege os saberes hegemônicos como os que têm credibilidade”. Ainda neste sentido, Santos (2006, p. 5) alerta:

É urgente, portanto, a tomada de consciência por parte desses profissionais sobre os valores socioculturais trazidos pelas/os educandas/os e instituir um currículo que seja capaz de recriar suas histórias, incorporando-as ao saber acadêmico e, dessa forma, interagir na formação de cidadãos conscientes e capazes de enfrentar as desigualdades, romper as armadilhas dos preconceitos, garantindo o espaço participativo e a conquista de direitos no combate às exclusões.

Constata-se que as armadilhas dos preconceitos só serão possíveis de serem desarmadas se o ato de ensinar mediado for construído em um espaço-tempo diferenciado. Quando isso acontece,



a prática pedagógica propõe estratégias que buscam potencializar a aprendizagem, reafirmando a identidade de quem aprende em um espaço social e democrático. Assim, a efetivação da escola na vida do estudante coloca o respeito à pessoa humana em um lugar de destaque, uma vez que se concretiza o cuidado digno, não apenas como direito, mas como etapa fundamental na conquista da cidadania.

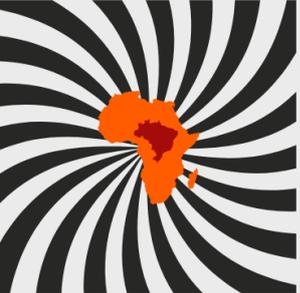
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a escola como espaço de reconhecimento da diversidade e a educação como direito humano está desafiada à construção de um sistema educacional inclusivo e ao mesmo tempo disposta ao diálogo, ao respeito às diferenças, exterminado o preconceito, a discriminação entre os corpos. O processo de reflexão e prática deve possibilitar mudanças conceituais, políticas e pedagógicas, coerentes com propósito de tornar efetivo o direito de todos e todas à educação, preconizado pela Constituição Federal.

Leitão (2004, p. 32) comenta que “[...] os espaços educativos devem favorecer a vivência e o aprendizado da diversidade, o convívio com as diferenças, as práticas coletivas, solidárias e fraternas, possibilitando o exercício da reflexão, da discussão, de outra qualidade de ação”. O convívio e o diálogo com os corpos é uma maneira de diminuir o sofrimento da pessoa excluída social e culturalmente. Como mencionado no início deste texto, houve preconceito e discriminação por ser pobre, filha de uma mulher negra e por ser mulher, mas os estereótipos atribuídos não formaram uma perdedora, pelo contrário, houve um fortalecimento contínuo.

Acreditando que a educação transforma, é preciso pensar e agir e não deixar impunes os abusadores, os preconceituosos que tentam assediar com palavras, gestos que deprimem, podendo levar até ao suicídio. Por outro lado, não cabe apenas à educação a tarefa de transformação da sociedade. Entretanto, ela se torna um fator importante que pode contribuir na reinvenção da relação social, na qual discursos diferentes não impedem o diálogo.

A educação é desafiada, permanentemente, a se reformular e para que essa reformulação aconteça, o ser humano precisa viabilizar uma escola que de fato eduque para o exercício pleno da cidadania e seja instrumento de transformação social. Posto isso, os educadores precisam de maneira mais efetiva diferenciar a prática do discurso. Isso significa dizer que é preciso refletir sobre o que é formar um cidadão crítico, reflexivo, autônomo, ciente de seus direitos e deveres, capacitado para participar da construção de uma sociedade mais igualitária. Se esse é realmente o



propósito de todos, é preciso aplicá-lo na prática educativa.

REFERÊNCIAS

BADY, Janaína Bueno; SILVA, Denise Regina Quaresma. Criminalização e extermínio da juventude negra no Brasil: reflexões e desafios **Rev. Ciências Humanas**. Frederico Westphalen, RS, v.20, n.1, p. 146-153, jan./abr. 2019.

BRASIL. Lei nº 10.639, de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, Seção 1, p.1, 9 jan. 2003.

COSTA, Elizama Franciane da; OLIVEIRA, Alessandra de. O sofrimento psíquico causado pelo racismo e o seu impacto na subjetividade. **Revista Uninga**, v. 56, n. 1, p. 114-130, jan./mar. 2019.

DA SILVA, José Afonso. A dignidade da pessoa humana com valor supremo da democracia. **Revista de direito administrativo**, v. 212, p. 89-94, 1998.

FOCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRANÇA, D. X. de. Discriminação de crianças negras na escola. **Revista Interações**, [S. l.], v. 13, n. 45, 2018.

GUIMARÃES Antônio Sérgio Alfredo. Preconceito de cor e racismo no Brasil Professor do Departamento de Sociologia – **Usp Revista De Antropologia**, São Paulo, USP, v. 47, n. 1, p. 09-43, 2004.

HOOKS, Bel. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Ed. Elefante, 2000.

KANEKA, Sidneia Muniz. Analisando questões teóricas e práticas em escola na rede municipal de educação de Niterói: ciclos e sucesso escolar. *In*: David, Leila Nivea Bruzi; Dominick, Rejane dos S. **Ciclos Escolares e formação de professores**. (orgs). Rio de Janeiro: Wak Editora, 2010.

LEITÃO, Cleide Figueiredo. Buscando caminhos nos processos de formação/autoformação SAPÉ – Serviços de Apoio à Pesquisa em Educação **Revista Brasileira de Educação**, n. 27, p. 25-39, set-dez, 2004

MAIA, Bruna Aparecida Thalita. **Matilde Ribeiro**: a minha história é talvez igual à tua: uma trajetória de militância e empoderamento da mulher negra. 2016. 108 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2016.

ROCHA, Lauro Cornélio da. As relações étnico-raciais, a cultura afro-brasileira e o Projeto



Político-Pedagógico. **Currículo, relações raciais e cultura afrobrasileira**, p.51-67, 2006.

SANTOS, Jaciara Alves dos. O sofrimento psíquico gerado pelas atrocidades do racismo. **Revista da ABPN**, v. 10, n. 24, p.148-165, nov.2017 – fev. 2018.

SANTOS, Milton. **Folha de São Paulo**. São Paulo, domingo, 07 de maio de 2000. Ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro. Ser negro no Brasil hoje.

SANTOS, Simone. **Currículo, relações raciais e cultura afro-brasileira**. Portal Geledés, p. 4-12, 2006.

SEYFERTH, Giralda. **A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos Museu Nacional**, UFRJ Anuário Antropológico/93 Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 175-203, 1995.

Enviado em: 07/06/2024

Aceito em: 09/01/2025